A NEUROPSICOPEDAGOGIA E SUAS INTERVENÇÕES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

KAROLINE RUA CARVALHO CALDEIRA

RESUMO
A Neuropsicopedagogia se destaca como um campo interdisciplinar que combina conhecimentos da Neurociência, Psicologia e Pedagogia, visando compreender as relações entre o cérebro, o desenvolvimento cognitivo e as práticas educacionais. No contexto da primeira infância, essa abordagem assume um papel crucial ao identificar e intervir precocemente em dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento, promovendo assim um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz para crianças em idade pré-escolar. As intervenções neuropsicopedagógicas na primeira infância se fundamentam na compreensão dos processos neurobiológicos que subjazem às habilidades cognitivas, emocionais e sociais em formação nesse período crucial do desenvolvimento humano. A partir dessa base teórica, profissionais especializados podem elaborar estratégias personalizadas que estimulem o potencial cognitivo das crianças, considerando suas características individuais e necessidades específicas. A aplicação prática da Neuropsicopedagogia na primeira infância envolve a utilização de metodologias e recursos que favoreçam o desenvolvimento global da criança, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o seu bem-estar emocional e social. Por meio de atividades lúdicas, jogos educativos, estímulos sensoriais e outras abordagens, os profissionais podem contribuir para a construção de uma base sólida para o sucesso escolar e o desenvolvimento saudável da criança.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Neuropsicopedagogia; Primeira Infância.

INTRODUÇÃO

As intervenções neuropsicopedagógicas na primeira infância representam uma abordagem holística e preventiva, que busca potencializar as habilidades cognitivas e emocionais das crianças em fase pré-escolar, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. O investimento nesse campo promissor pode não apenas transformar a realidade educacional, mas também contribuir significativamente para o desenvolvimento pleno e harmonioso das futuras gerações.

O propósito deste presente artigo é discorrer sobre as fases do crescimento infantil e de que maneira ambientes saudáveis e estímulos adequados podem auxiliar o aprendizado do aluno em todo o seu trajeto educacional e, posteriormente, aprimorar aspectos relacionados ao status socioeconômico e à qualidade de vida da comunidade em geral.

Este estudo tem sua razão de ser ao considerar a instrução como um dos elementos preponderantes que influenciam o bem-estar das pessoas ao longo da existência. Pessoas com maior instrução tendem a viver mais, desfrutar de melhor saúde, alcançar níveis socioeconômicos e qualidade de vida superiores, além de se envolverem menos em ocorrências criminais e atos de violência. Por essa razão, diversos países têm investido em programas governamentais direcionados à Primeira Infância. É sabido hoje que investir em um desenvolvimento saudável possibilita à criança construir bases que beneficiarão sua vida no porvir.

É importante salientar que o período que vai desde a gestação até os seis anos de idade é crucial no que concerne ao desenvolvimento cerebral. Embora o cérebro de um bebê se assemelhe ao de um adulto em termos físicos, já se tem conhecimento de que certas regiões cerebrais só alcançarão a plenitude de sua formação no início da vida adulta.

Para investigar a disparidade entre o que nos revelam os estudos científicos e a realidade da atual sociedade, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica.

Acredita-se que todas as crianças merecem ter a oportunidade de atingir seu máximo potencial intelectual e, portanto, é imprescindível e de suma importância social que sejam introduzidos programas e políticas públicas direcionados à primeira infância.

A EDUCAÇÃO INFANTIL HISTORICAMENTE

Ao refletirmos sobre a instrução dos pequenos, é essencial voltar o olhar para a trajetória social da infância. Durante um extenso

período, as crianças eram percebidas como seres incompletos e falhos, quase selvagens. Sua existência não se distinguiu muito da dos adultos, sem uma clara demarcação de etapas de crescimento. Assim que sua dependência materna diminuía, eram integradas ao convívio dos mais velhos. Somente a partir do século XIX é que passaram a ser consideradas com mais atenção.

A infância não era concebida como uma entidade autônoma e, por conseguinte, desprovida de direitos. Castigos físicos eram comuns, pais as viam como propriedades. Nas pinturas medievais, raramente eram retratadas, como se não pertencessem ao mundo representado. Com a Revolução Industrial e o surgimento da burguesia no século XIX, começaram a se desenvolver as primeiras estruturas educativas e legislações voltadas às crianças. No século XX, os vínculos afetivos ganharam relevância, passando as crianças a serem consideradas sujeitos de direitos.

As concepções iniciais sobre a infância e a educação infantil se baseavam na necessidade de proteção das crianças. Com as mães fora de casa para contribuir com a renda familiar, surgia a exigência de locais para os filhos. O assistencialismo e o cuidado eram os pilares dessas instituições, com profissionais sem formação especializada dedicados aos cuidados básicos de higiene, nutrição e disciplina.

No Brasil, havia uma preocupação significativa com a educação compensatória, visando acelerar a alfabetização de crianças mais desfavorecidas, numa tentativa de superar suas condições sociais. Simultaneamente, para os filhos das camadas mais abastadas, os jardins de infância se ocupavam também da formação pessoal, incluindo aspectos afetivos e cognitivos, oferecendo atividades artísticas, musicais e manuais.

Em termos legislativos, a história da educação infantil no país é relativamente recente. Apenas em 1988 é que a educação foi oficialmente reconhecida como um direito dos indivíduos e um dever do Estado, resultando num aumento no número de instituições educativas e numa maior atenção à formação dos profissionais do ensino.

Até aproximadamente meados dos anos 90, a prestação de cuidados a menores em instituições de acolhimento fazia parte do setor de assistência social. Apenas após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº9394/96), as creches foram incorporadas ao âmbito educacional. Na mesma década, com a introdução do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), os direitos infantis foram oficialmente estabelecidos.

A implementação da LDB reconheceu a educação infantil como parte crucial da fase inicial do ensino básico. Em 1998, foi estabelecido o Referencial Curricular Nacional para a Educação de Crianças Pequenas, visando estabelecer diretrizes nacionais e apoiar os educadores em seu trabalho diário com os pequenos. Esta mudança trouxe uma nova perspectiva à educação infantil, onde o educador passou a ser visto como mediador e a criança passou a ser respeitada em sua singularidade, valorizando-se sua herança cultural e reconhecendo sua capacidade de construir conhecimento.

Em 2013, a Lei nº12.796, de 4 de abril, introduziu ajustes na LDB, tornando obrigatória a matrícula de crianças na Educação Básica a partir dos 4 anos de idade.

Então, por que é crucial investir nos primeiros anos de vida? As experiências durante essa fase, especialmente em ambientes educacionais de qualidade, podem acelerar o aprendizado em cerca de um ano e facilitar a transição para o Ensino Fundamental. Portanto, a qualidade dos ambientes oferecidos para as crianças é de extrema importância para evitar a ampliação das disparidades sociais.

Creches e pré-escolas mal estruturadas podem contribuir para a perpetuação das desigualdades educacionais, que são um dos principais fatores determinantes das desigualdades de renda. Muitos países já reconhecem a importância estratégica da primeira infância para o desenvolvimento de indivíduos saudáveis e produtivos, investindo em programas específicos para essa faixa etária.

Os investimentos não apenas influenciam a capacidade cognitiva das crianças, mas também têm um impacto significativo no desenvolvimento de habilidades fundamentais para a formação de adultos saudáveis. Eles contribuem para a redução da gravidez na adolescência, da criminalidade, do consumo de drogas, do uso de armas e de comportamentos de risco. Em resumo, investir na infância carente traz benefícios sociais significativos a longo prazo.

Durante muito tempo, a infância foi negligenciada pela sociedade. No século XVI, na Europa, iniciou-se a percepção da infância, como descrito por Philipe Áries citado por Priore (1998, p.11).
No Brasil, conforme Del Priore (1998. p 11), a infância brasileira está intrinsecamente ligada à chegada dos jesuítas. A influência da Igreja Católica nesse período moldava a percepção adulta sobre a criança, difundindo duas imagens: a criança mística e a que imitava Jesus. Surgiu assim a representação da criança como santa, pura e imaculada. A autora discute também o uso dessas representações para converter os povos indígenas ao cristianismo. Observem como a criança era retratada naquela época:
Os atributos humanos - olhar, fragrância e gestos - desta criança divina, juntamente com sua doçura, inocência e afabilidade, tocavam a todos à sua volta. Assim, fora do presépio, fiéis e não-crentes se convertiam diante da visão adorável do pequeno e luminoso Jesus.

E assim foi ao longo de toda a sua puerícia. O pequeno corpo, o caminhar infantil, as tenras mãozinhas irradiavam uma meiguice absolutamente convincente para a conversão das almas mais empedernidas. (DEL PRIORE, 1992 p.12)

A infância de acordo a autora citada era, como em outros países, venerada como período isento de desejos carnais e de uma inocência plena. As crianças foram escolhidas pelos jesuítas porque eram consideradas um “papel em branco”. Eles ainda pregavam que era preciso que as crianças evitassem os adultos para evitarem seus maus costumes.
Conforme mencionado por Del Priore (1998, p.12 e 13):
Durante aquele período os jesuítas trouxeram diversas crianças desamparadas para o Brasil com a intenção de impactar positivamente os habitantes locais. Os jesuítas argumentavam que era mais vantajoso investir nos "culumins", nos "rapazes da terra", nos "pequenos indígenas" filhos dos gentios, em vez de unir os órfãos portugueses enviados pela metrópole para ajudar os inacianos, que encontrariam a complexa selva e seus habitantes imitativos, formando um grupo de pequenos pregadores e sacrificantes de Jesus, entre as matas e os desertos, para a redenção e subsequente treinamento moral desses nativos no Brasil (PRIORE, 1998, p. 12 e 13).

De acordo com Nunes et al (2000, p. 55), os jesuítas foram pioneiros na criação de uma instituição dedicada às crianças brasileiras, principalmente habitada por indígenas nativos. Os jesuítas estabeleceram várias restrições para as crianças indígenas, que não estavam acostumadas com as punições impostas e com os horários fixos. Segundo este autor, a psicologia infantil no Brasil foi influenciada pela ideia de doutrinação "messiânica" trazida pelos jesuítas. O principal objetivo do trabalho de valorização que realizavam com as crianças era despertar nelas a fé, afastando-as do que consideravam ser influências demoníacas. A cultura indígena era vista por eles como algo demoníaco, especialmente devido aos seus rituais e danças, já que os indígenas não usavam vestimentas. Para os jesuítas, a infância era vista como uma oportunidade para que as crianças aderissem aos princípios morais da fé cristã.
A associação entre a infância e a infância de Jesus era constante. Assim, converter por meio da criança era visto como uma garantia de uma formação mais celestial do que infernal.
A arte da época frequentemente retratava o menino Jesus nu nos braços de Maria, e até mesmo na manjedoura ele era representado nu. Por que o menino Jesus na iconografia católica podia estar nu, enquanto os indiozinhos não podiam, se ele era o modelo a ser seguido?
Apesar das tentativas de impor mudanças e exigências, os costumes dos indiozinhos persistiam. Em suas horas de lazer, ainda desfrutavam de banhos de rio, cantos e danças que refletiam claramente sua cultura nativa.
Nunes (2000, p. 56) destaca que o tempo destinado às diversões das crianças indígenas era determinado e regulado pelos jesuítas, que só permitiam tais atividades após as orações, cantos e tarefas.
O autor também menciona a obrigação dos indiozinhos e seus pais de sustentarem os padres e construírem suas residências. As crianças eram compelidas a trabalhar, sendo punidas caso não o fizessem.
Del Priore discute sobre essas formas de pu-

nição:
Frequentemente eram aplicados castigos aos meninos que não queriam participar das atividades escolares. Esses castigos muitas vezes, faziam com que os meninos fugissem das escolas, pois na cultura indígena não se tinha o hábito de bater, nem falar alto com a s crianças: qualquer resistência física e cultural aparecia sempre aos olhos dos jesuítas como tentativas demoníacas, como assombração ou visão terrível (DEL PRIORE, 1998, P. 22)

Mesmo com todas as mudanças e conquistas que ao longo dos tempos a sociedade vivenciou acerca da criança, mesmo com o surgimento de leis favoráveis a proteção e aos cuidados da infância, com a garantia legal que o Estatuto da Criança e Adolescente (1990) traz, estamos longe de resgatar a história social de exclusão e marginalização da criança. Isso porque a promulgação do ECA em 1990 não mudou a realidade de milhões de crianças oriundas das camadas mais pobres de nossa sociedade.

A NEUROPSICOEDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA INTEGRAÇÃO ESCOLAR

Para garantir os direitos fundamentais das crianças desde o nascimento, existem leis que protegem e estabelecem obrigações para os tutores e o Estado, visando promover ativamente a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade brasileira.
Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, entre as populações indígenas, crianças com malformações eram ritualmente sacrificadas. Posteriormente, a medicina jesuíta emergiu como um recurso procurado por muitos de baixa renda. Nessa época, surgiram os primeiros esforços em prol da Educação Especial, com Figueiredo liderando as primeiras tentativas de implementação desse modelo durante o período jesuítico.
Hoje em dia, testemunhamos a coexistência de duas realidades educacionais no mesmo ambiente, como mencionado por Cury, Marin e Bueno (2010, p. 6):
Uma delas se posiciona como detentora absoluta da verdade e do conhecimento socialmente aceito, ignorando a existência de processos educacionais para além de seus limites; enquanto a outra, ao buscar a universalização do acesso, almeja ser democrática, porém acaba validando as trajetórias daqueles provenientes das classes dominantes. Essas duas escolas se cruzam, sem se reconhecerem, mas são compelidas, ao menos formalmente pela legislação, a se reconhecerem e a se aproximarem (CURY; MARIN; BUENO, 2010, p. 6).

A evolução das sociedades tem revelado a exclusão como um processo simultâneo e desigual à inclusão.
A inclusão social, através de medidas e práticas que combatem a exclusão, visa tornar a sociedade um espaço inclusivo para a convivência de pessoas de todas as origens e habilidades, garantindo seus direitos, necessidades e potenciais, protegidos pelos Direitos Humanos. A educação é consagrada como um direito e responsabilidade do Estado, das famílias e da sociedade, promovendo o pleno desenvolvimento individual, a capacitação para o trabalho e a integração escolar conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
Ao longo dos séculos, década após década, o problema da exclusão social no Brasil persiste, apesar de sua gravidade e das repercussões para uma grande parte da população.
A industrialização do Brasil, seguindo um modelo imitativo de consumo, modificou, mas não superou, as formas de dependência, reforçando o elitismo e a exclusão social.
O Brasil experimentou diversas transformações ao longo do século XX; todavia, as disparidades sociais permaneceram intactas. Portanto, a identificação da intrincada rede de disparidades sociais e regionais assume um papel crucial diante das atuais oportunidades de combater a marginalização no país.
Nesse sentido, não é apropriado limitar o reconhecimento da exclusão apenas em contraposição à inclusão social. Esse conceito de dualidade é verídico, evidenciando que ao longo da história da humanidade, a igualdade não foi a norma, muito pelo contrário. No entanto, a trajetória dos povos tem revelado a exclusão como um fenômeno entrelaçado e desigual, que coexiste com a inclusão. Em outras palavras, o progresso de uma nação pode gerar situações de inclusão ao lado da exclusão.
Nas sociedades mais carentes e/ou desiguais, a exclusão social talvez seja mais visível, espe-

cialmente na disparidade entre os bem-nutridos e os famintos. À medida que essas sociedades incorporam novas realidades - como a urbanização - surgem demandas adicionais por uma vida digna, indo além do mero sustento.
Retornando ao Brasil Colonial, há diversos acontecimentos e peculiaridades a serem mencionados. Os primeiros estabelecimentos hospitalares no Brasil surgiram por iniciativa da Igreja Católica, frequentemente destinados a auxiliar uma ampla gama de excluídos: órfãos, mães solteiras, idosos, pobres e, é claro, doentes, estabelecendo assim uma cultura de assistência. Epidemias, doenças e enfermidades debilitantes eram comuns. Os colonos portugueses, por exemplo, enfrentavam sérios problemas de saúde devido à presença de insetos prejudiciais e às condições próprias dos trópicos e de uma terra ainda por desbravar.

DOENÇA E DEFICIÊNCIA
A associação entre deficiência e doença foi gradualmente construída ao longo da nossa história, sendo um tema recorrente em ambientes hospitalares e de assistência, com outros elementos também reforçando essa mentalidade.
No Brasil, especialmente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, houve um considerável número de médicos que estudaram e desenvolveram pesquisas científicas sobre pessoas com diversas deficiências, preocupados também com a educação infantil. A medicina começou a influenciar as propostas educacionais para esse grupo, especialmente por ser uma das áreas mais antigas da educação superior no Brasil, ao lado do ensino militar, formando profissionais qualificados desde os primórdios.
Vivemos em uma comunidade onde a maior parte persiste, em um extremo composta por uma minoria que desfruta dos deleites e das fortunas da existência; em uma coletividade estruturada para criar líderes e liderados, opressores e oprimidos, governantes e governados. Nessa perspectiva, tanto a trajetória do ensino no Brasil quanto os métodos de instrução são influenciados pelas disparidades da sociedade contemporânea.
Precisamos conceber o crescimento como um fluxo perpétuo onde as transformações ao longo da vida de cada ser humano gradualmente influenciam as estruturas físicas e neurológicas de forma sistemática. Trata-se de um processo dinâmico de amadurecimento e remodelação do cérebro.
Nos recentes períodos, os progressos tecnológicos permitiram a investigação científica do cérebro humano em funcionamento, por meio de procedimentos de visualização. O cérebro humano constitui uma rede de inúmeros neurônios interligados em sistemas neuronais, que constroem a percepção do mundo e regulam as atividades humanas.
O progresso é caracterizado por três elementos: a herança genética, o ambiente e a qualidade das interações humanas (os laços) às quais é exposto. Assim, o contexto sócio-histórico-cultural e as vivências exercem uma forte influência no desenvolvimento de cada indivíduo. De acordo com Kandel (p.35), o comportamento em si não é hereditário - o que é passado adiante é o DNA. (...) O ambiente, que começa a exercer sua influência já no útero, torna-se crucial após o parto, e variáveis ambientais podem, por sua vez, moldar o comportamento ao alterar a expressão genética.
Desde o nascimento, as crianças demonstram empatia, identificando-se com outros indivíduos e percebendo que seus próprios sentimentos são compartilhados por outros também. As crianças necessitam de afeto! Emoções positivas e contato fortalecem as conexões entre o córtex pré-frontal e a amígdala. Um ambiente social afetuoso e acolhedor é essencial para um desenvolvimento saudável. As experiências de uma criança pequena têm repercussões na formação de seu cérebro e em sua futura capacidade de aprendizado, comportamento e emoções.
Cada vez mais, há provas científicas de que a configuração do cérebro se baseia nas vivências. As experiências mais significativas derivam dos relacionamentos da criança com seus pais, cuidadores e educadores. O desenvolvimento saudável do cérebro pode ser prejudicado por situações frequentes de violência, negligência e creches de qualidade inferior. Por isso, é crucial oferecer cuidado, afeto e estímulos o mais cedo possível à criança, inclusive durante a gestação, para que ela possa desenvolver plenamente habilidades como raciocinar, comunicar, aprender e inte-

ragir.
Desde a gestação, o sistema nervoso do bebê é moldado pela experiência materna. O sistema nervoso humano, especialmente o cérebro, não nasce pronto. O cuidado com a saúde materna, o pré-natal, é de importância crítica. Na terceira semana de gestação, o cérebro do bebê começa a se formar, e ao final da oitava semana, todas as estruturas cerebrais do cérebro adulto já estão presentes. Ao nascer, o cérebro ainda é bastante imaturo e flexível. Dos nascimentos aos três anos, o cérebro praticamente dobra de tamanho, crescendo, ganhando peso e amadurecendo as sinapses, as conexões entre os neurônios, cruciais para a aprendizagem e o funcionamento adequado do cérebro.
O desenvolvimento cerebral é um processo contínuo. O cérebro infantil é duas vezes mais ativo do que o de um adulto. Para sustentar tamanha atividade, 75% da energia corporal é direcionada para o desenvolvimento neurológico. Nesta fase, os neurônios estabelecem de 700 a mil novas conexões por segundo.
As sinapses mais frequentemente ativadas são reforçadas e estabelecem-se de forma duradoura. São nossas interações e eventos vivenciados que influenciam essas conexões. Em contrapartida, as sinapses menos estimuladas desaparecem durante o processo de refinamento neural. É fato que o cérebro mantém seu progresso ao longo de toda a existência, permanecendo em evolução até o término da adolescência, conforme especialistas. O essencial é estarmos atentos para não negligenciarmos as oportunidades de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos capazes de moldar o porvir estão sob nossa tutela atualmente. A fase inicial da vida é um período abundantemente repleto de descobertas e vivências.
O acesso antecipado a uma instrução de elevada excelência é crucial para delinear a trajetória do desenvolvimento cerebral. O que ocorre na juventude deixa uma impressão que perdura por toda a existência.
Uma criança criada em um ambiente saudável, com mais chances de aprendizado, testemunhará um crescimento mais robusto. Não é viável retroceder no desenvolvimento cerebral; deve-se edificar a partir dos alicerces estabelecidos no início.
É incontestável, contudo, que a plasticidade neural dos neurônios nos singulariza como seres singulares e exclusivos, ao ser apto a manifestar modificações fisiológicas a curto e longo prazo, representando uma habilidade do cérebro para regenerar-se e reorganizar-se. Aproveitar as oportunidades oferecidas pelas fases do desenvolvimento constitui uma chance ímpar.
Portanto, ao cogitar investimentos na infância inicial, estamos contemplando a promoção de uma sociedade mais primorosa, reduzindo a delinquência, aprimorando a qualidade do ensino e da saúde, elevando o padrão de vida e incrementando a renda das famílias.
Assim como a carga genética, os cuidados nos estágios iniciais da vida são cruciais para o progresso humano inicial, e as atenções nos primeiros anos exercem impactos significativos sobre o aprendizado escolar e a saúde física e mental ao longo de todo o ciclo vital.
Por tais motivos, torna-se crucial e imprescindível a busca por políticas públicas voltadas para a qualidade de vida durante a infância inicial, assim como métodos para orientar e instruir pais e educadores sobre todas as oportunidades e os valiosos recursos à disposição. Mais que uma incumbência educativa, o investimento na infância inicial deve abarcar uma dimensão social, voltada para um futuro próximo, visando a criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Phillippe. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
BEE, Helen; BOYD, Denise. A criança em desenvolvimento. 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 20 de agosto de 2024.
BRASIL. LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em agosto de 2024.
BRASIL. Lei 12.976. 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em 20 de

agosto de 2024.
DEL PRIORE, M. História das crianças no Brasil. São Paulo. 1998.
HENNEMANN, AL. Plasticidade cerebral e podas neurais. Em: Neurociências em benefícios da educação. [on-line]. Disponível em: http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2012/10/plasticidadecerebral-e-podas-neuronais.html. Acesso em: 20 agosto de 2024.
KANDEL, Erick R. Princípios de Neurociências. 5 ed. Porto Alegre: 2014
MUSTARD JF. Desenvolvimento cerebral inicial e desenvolvimento humano. Disponível em: http://www.enciclopedia-crianca.com/importancia-dodesenvolvimento-infantil/segundoespecialistas/desenvolvimento-cerebral-inicial-e. Acesso em 20 de agosto 2024.